

Ao Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal

Ref.: Pregão Eletrônico 03/2015

Processo: 08206.007/2014-33

UASG: 200342

Prezado(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

A PRIMEXTECH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o número **13.281.460/0001-87**, com sede na Av. Dr. Waldemar Buchalla, 501, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Brasil, vem neste ato, por meio de seu representante infra-assinado, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Esta, far-se-á com supedâneo nos artigos 5º, XXXIV, "a" e 37, XXI, ambos da Constituição Federal, no artigo 41 da Lei nº 8.666/93.

Pelo qual trata-se do instrumento convocatório que visa atender às necessidades da administração através do registro de preços a ser formalizado para aquisição de equipamentos periféricos de informática para aprimorar o uso dos Notebooks Ultrafinos (já adquiridos pelo DPF) em ambiente interno de escritório conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I do edital.

1- DO DIREITO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

A Empresa IMPUGNANTE traz a prática o seu pleito inerente a **IMPUGNAÇÃO** ao presente instrumento convocatório de Licitação por identificar ponto que contraria a efetividade do princípio da isonomia.

O direito à Impugnação de modo linear, baseia-se, primeiramente no Decreto nº 5.450/2005, uma vez que, dispõe em seu artigo 18, quanto a tempestividade para realização do pedido de impugnação. Veja:

"Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica."

No que tange, especificamente ao presente Edital de Licitação, o mesmo estabelece no dispositivo 6 e seguintes, que:

"6. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

6.1. Os pedidos de esclarecimentos relativos ao certame deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores a data de abertura da sessão, exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl.cti@dpf.gov.br.

6.2. Até dois dias úteis anteriores a data de abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl.cti@dpf.gov.br.

6.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela área responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas."

Em meio ao suporte legal estabelecidos pela LEI 8.666/93, Decreto 5.450/2005 e demais legislações correlatas, a Empresa impugnante passa a valer-se deste, para explanar os fatos geradores que a motivam a requerer o pleito do presente Edital de Licitação.

2- BREVE RELATO DOS FATOS

A licitação tem por objetivo abarcar as necessidades outrora dos órgãos, Coordenação de Administração e Logística do Departamento de Polícia Federal no Acre - 200334; Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre - 200380; Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas - 200358; Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Amazonas - 200382; Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Amapá - 200402.

É cediço que num processo licitatório que visa abranger as necessidades de um órgão que se estende a outros órgão participantes, exige-se do licitante uma extrema capacidade de organização, assiduidade, pontualidade no procedimento das entregas, pleno atendimento as requisições inerentes a documentações, visto que o edital com supedâneo à lei de licitações é claro e cristalino no que tange à iminente possibilidade da licitante que não atender os ditames do edital, incorrer em sanções que lhes são impostas.

Nestes termos, diante do embasamento legal, tais como, os parâmetros estabelecidos para realização neste certame, especificamente, no que concerne ao quesito inerente a comprovação de capacidade técnica, a licitante que vos suplica, vale-se desta ferramenta de suma importância para requerer à atenção desta d. comissão de licitações.

O edital, por meio do item 10.4, 13.1.4.1 e seguintes, estabelecem que para efeito de comprovação técnica, far-se-á necessário que sejam encaminhados atestado de capacidade técnica, estando em estrita conformidade técnica com o edital, contados da solicitação do pregoeiro.

Outrossim, o subitem 10.4.1 preconiza que:

" 10.4. Deverão ser encaminhados ainda os documentos exigidos no Termo de Referência "DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA" para fins de comprovação da qualificação técnica.

10.5. A proposta apresentada em desacordo com este Edital será desclassificada.."

De modo a explicitar a exigência acima, o subitem 13.1.4.1 detalha a necessidade imposta pelo edital, de modo que:

13.1.4.1. A licitante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, no mínimo, 1 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, a ser (em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove(m) que a licitante já forneceu no mínimo 20% da quantidade de equipamentos - MONITORES DE VÍDEO - (20% de 11.450) descritos no Termo de Referência, para o Item I;

Ou seja, caso o licitante não promova o envio do referido documento de caráter técnico, este sofrerá à priori, o prejuízo da desclassificação, podendo ainda incorrer em outras possíveis penalidades previstas na Lei 8.666/93.

3- DA DESNECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE QUANTITATIVO MÍNIMO NO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Senão vejamos, a se considerar o percentual exigido de 20% do quantitativo proposto no item 1 (monitores de vídeo), a comprovação dar-se-á por atendimento ao fornecimento de 2.290 monitores, ora, tal exigência transcende sua desnecessidade, pois, é cediço que, conforme dispositivo legal amparado pelo Tribunal de Contas da União que, em se tratando de objeto de maior complexidade na execução, far-se-à de suma importância tal exigência primando acima de tudo pela segurança jurídica e técnica.

No que tange tão somente a aquisição de bens de uso comum, vê-se a dispensabilidade de se imputar tal obrigação dos licitantes uma vez que para este tipo de objeto, não se contextualiza a complexidade inerente a execução dos serviços, tornando prescindível a exigência de 20% na comprovação de fornecimento anterior por meio de atestado de capacidade técnica.

Ao primar por tal exigência, a administração fere os princípios basilares, regentes da Lei Nacional de Licitações e Contratos, bem como a Constituição Federal/88, pois insurge no direcionamento do procedimento licitatório. Quando se estabelece a condição para comprovação técnica por meio de atestado de capacidade técnica, se preconiza a necessidade de demonstrar à administração de o licitante possui aptidão para realização do fornecimento, principalmente no fator técnico.

Entretanto, balizar tal exigência, dirimindo o número de competidores para que demonstrem ter havido em fornecimento exatamente a quantidade exigida de 20%, implica, sem sombra de dúvidas numa redução drástica e considerável no número de licitantes na fase de habilitação.

Ora, ilustres senhores componentes da administração, não resta dúvidas de que a fixação do percentual de 20% do quantitativo total exigido por edital exposto no instrumento, torna a licitação irregular por configurar afronta e lesão aos princípios constitucionais da isonomia.

O que se compreende por um posicionamento razoável, factível para cumprimento da obrigação é que se possa de fato dar sentido etimológico a expressão "abrangência" aos demais licitantes, de modo que se retifique os itens em comento trazendo correção a redação dada aos dispositivos de modo apenas exigir a apresentação do atestado de capacidade técnica, contudo, havendo um óbice ao aspecto do percentual de fornecimento de 20% para efeito de comprovação, tendo em vista que, nem todos os licitantes, em que pese terem e/ou estarem fornecendo para a administração pública, não possam tê-lo feito em tamanha quantidade.

Em abono dessa matiz, também se manifestou o Egrégio Tribunal de Contas da União:

"Habilitação. Qualificação técnica. Capacitação técnico-profissional. Capacitação técnico-operacional. Concorrência. A estabilidade do futuro contrato pode ser garantida com a exigência de atestados de

capacitação técnico-profissional aliada ao estabelecimento de requisitos destinados a comprovar a capacitação técnico-operacional nos termos do inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93. (TC-009.987/94-0, publicado no Boletim de Licitações e Contratos, NDJ, 1995, vol. 11, p. 564).

Notadamente na Decisão nº 767/98, a Corte de Contas Federal consignou que a lei de licitações "não proíbe o estabelecimento de requisitos de capacitação técnico-operacional, mas, sim, retira a limitação específica relativa à exigibilidade de atestados destinados a comprová-la, deixando que a decisão quanto a essa questão fique a critério da autoridade licitante, que deve decidir quanto ao que for pertinente, diante de cada caso concreto, nos termos do art. 30, II". Invocando Marçal Justen Filho, conclui o relator que a exigência de capacidade técnica da empresa "é perfeitamente compatível e amparada legalmente".

Aos olhos dos interessados, poderia até ser considerada desídia dessa Administração deixar de exigir a comprovação da capacitação técnica da empresa, face à complexidade do objeto envolvido, sob pena de, não raro, restar prejudicada a execução do objeto a contento, em prejuízo ao interesse público, do qual não se pode descurar.

Sequer poder-se-ia afirmar, neste caso, que a exigência editalícia seria restritiva da competição, nos termos do art. 3º, §1º, inc. I da Lei 8.666/93. Com efeito, proclama o mencionado artigo:

"§1º do art. 3º. É vedado aos agentes públicos:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas e condições que comprometam, restrinjam ou frustem o seu caráter competitivo e estabelecem preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede, ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância *impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato*" (grifo nosso).

"Administrativo. Procedimento Licitatório. Atestado Técnico. Comprovação. Autoria. Empresa. Legalidade.

Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.666/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo –a lei – mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa. Recurso provido (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., unânime, DJ de 25.9.00)" (sem grifo no original).

O que se depreende acerca de tal questão, é que, exigir quantidade mínima de fornecimento anterior, por meio de comprovação em atestado de capacidade técnica, configura afronta aos princípios constitucionais elencados pela Constituição Federal, bem como pelo artigo 3º da Lei 8.666/93.

O que se compreende a luz da Constituição da República é que o melhor caminho a ser seguido é àquele que fora traçado pelo artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que assim preconiza:

"Art. 37. [...]

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos

da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Neste diapasão, entende-se que a capacidade técnica para realização do objeto se perfaz independentemente do número de vezes em que tenha sido praticada, tal como da quantidade fornecida, ou simplesmente não existe.

O posicionamento, Marçal Justen Filho (2010, p. 461 e 429, respectivamente) discorre acerca da invalidade de requisitos impertinentes ou irrelevantes:

"Também não se admitem requisitos que, restritivos à participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado. DEVE-SE CONSIDERAR A ATIVIDADE PRINCIPAL E ESSENCIAL A SER EXECUTADA, SEM MAIORES REFERÊNCIAS A ESPECIFICAÇÕES OU DETALHAMENTOS. ISSO NÃO SIGNIFICA AFIRMAR QUE TAIS PECULIARIDADES SEJAM IRRELEVANTES. SÃO SIGNIFICATIVAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO, MAS NÃO PARA A HABILITAÇÃO. Não se aplica o raciocínio quando a especificação envolver conhecimento e capacitação técnicos diferenciados, não usuais, infungíveis. (destacou-se)

A necessidade de comprovação de experiência anterior se justifica por questões essenciais, ou mesmo inusitadas, diferenciadas, dessa forma compreende Marçal (2010, p. 441):

"Assim, a comprovação da experiência anterior fundamenta a presunção de que o sujeito dispõe de conhecimento e habilidade técnico-empresariais para executar satisfatoriamente a futura contratação.

ORA, ESSA CONCEPÇÃO APENAS PODE SER APLICADA SE A EXPERIÊNCIA ANTERIOR EXIGIDA DO SUJEITO ENVOLVE OS ASPECTOS PROBLEMÁTICOS, DIFERENCIADOS, COMPLEXOS DE QUE SE REVISTA O OBJETO LICITADO."(destacou-se)

Paralelo á isso, a Súmula nº 263/2011 do Tribunal de Contas da União admite a exigência de comprovação de quantidades mínimas, conforme se reproduz

abaixo, entretanto, faz-se de suma importância interpretar a sua aplicação em consonância com a jurisprudência da Corte de Contas com a Legislação em vigor:

"SÚMULA Nº 263/2011

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

Não obstante a ausência de uma referência legal para exigência de percentuais mínimos, a experiência observada a partir da própria jurisprudência do Tribunal de Contas da União demonstra que, para fins de comprovação técnica, os órgãos da Administração pública poderão exigir quantitativos mínimos superiores a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a serem executados pelo contratado, com exceção de casos excepcionais, nas quais reste claro que tal fator seja fundamental para a devida comprovação técnica, e que esteja claramente expresso no instrumento convocatório.

A Lei 8.666/93 não traz em sua redação um percentual padrão inerente a exigência de quantitativos mínimos referentes à qualificação técnico-operacional, porquanto, o entendimento do TCU é de que, exceto em casos excepcionais devidamente justificados, de se limitar tal exigência ao quantitativo percentual de no máximo 50 % (cinquenta por cento) em relação ao quantitativo da licitação, sob pena de violação aos princípios da competitividade, ampla disputa, bem como da razoabilidade.

Levando o entendimento teórico aos termos da praticidade, ou seja, vislumbrando seu amparo ao caso em comento, ao versar sobre aquisição de objeto de uso comum, entende-se que o edital formulado por esta I. Administração, no que tange a exigência mínima de 20% do objeto licitado, expresso no atestado de

capacidade técnica, traz a tona a desnecessidade de tal exigência, pois, o suporte legal e técnico para exigência se dá em suma importância nos casos em que o objeto licitado possui complexidade em sua execução, devido aos detalhes técnicos que merecem todo tipo de observação para que a prestação/execução do contrato se dê de forma satisfatória.

Outrossim, em se tratando de uma mera aquisição de objeto para uso comum da Administração, tem como excessiva a fixação de percentual mínimo de fornecimento, uma vez que, resta comprovada a sua ausência de pressupostos para configuração de complexidade inerente ao objeto, em que, o licitante comprovando e mais de um atestado com quantidades em que, o somatório consigne o quantitativo exigido no edital, bem como se esta apresentar apenas um atestado com quantidade inferior o mínimo exigido, não sobrepõe prejuízo à Administração pública, uma vez comprovada, independente da quantidade em estrita semelhança, que possui condições e aptidão técnica para executar o fornecimento do objeto exigido no edital.

Nesta esteira, não restam dúvidas, de que a exigência de um atestado de capacidade técnica é incompatível com o disposto do artigo 37, XXI, da Constituição Federal, e, conseqüentemente, com o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, mormente quando, à luz do que determina o § 2º do artigo 30 da lei Nacional de licitações, quaisquer exigência de fornecimento anterior, especialmente quando houver quantitativos mínimos ou restrições similares, quando dependerá da determinação prévia e explícita, por parte da Administração Pública, das parcelas de maior relevância e valor significativo.

Entende-se que no sentido de trazer um lastro probatório para efeito técnico e de fornecimento, o balanço patrimonial trazido pela impugnante (vide anexo), elucida, senão demonstra que houve a comercialização/fornecimento dos objetos de informática num montante considerável, capaz de suprir tal necessidade elencada no instrumento convocatório.

Além do mais, o edital e seus anexos, em específico ao item 13.1.4.1 que versa acerca do atestado, requer exatamente o produto descrito no termo de

referência, sendo que, a Legislação ampara aos interessados de tal forma que a comprovação dar-se-á por fornecimento de objeto em semelhança ao licitado.

Por fim, ao se vislumbrar a readequação dos dizeres do item em questão, no que tange a exigência editalícia, torna-se imperioso referenciar o ensinamento trazido por Marçal Justem Filho acerca do caso:

"(...) a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação não se justifica por si só. Trata-se de condicionamento de natureza instrumental, destinado a restringir a participação no certame aos sujeitos de detenhm condições de executar o objeto licitado. Assim sendo, a comprovação da experiência anterior fundamenta a presunção de que o sujeito dispõe de conhecimento e habilidade técnico-empresariais para executar satisfatoriamente a futura contratação.

[...]

Em outras palavras, a administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente àquele licitado - a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto."

Ainda versando acerca do tema, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, reproduzida pelo Acórdão nº 410/2006, do relator Ministro Marcos Vinícios Vilça, expressa de tal forma que:

"(...) a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI, CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações) e nos § 1º, inciso I, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Por isso, a

competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade ao procedimento licitatório.

Sendo assim, as exigências previstas no edital, inerentes a fase de habilitação não podem auferir em restrição na participação daqueles licitantes que em tese estariam aptos a prestar o serviço e/ou executar obra.

No caso em tela, esta imposição da administração aos licitantes extrapola os critérios razoáveis de seleção da proposta mais vantajosa pela Administração pública, bem como exacerba e fere a competitividade do certame licitatório.

Corroborando com a tese até aqui trazida, observa-se o seguinte aresto:

"REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA. VEDAÇÃO AO SOMATÓRIO DE ATESTADOS. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ANULAÇÃO DE CONCORRÊNCIA. DETERMINAÇÕES.

1. a exigência de atestado de qualificação técnico-profissional ou técnico-operacional deve-se limitar às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado.
2. é indevida a vedação ao somatório de atestados, quando a capacidade técnica das empresas puder ser demonstrada por mais de um atestado.
3. Impõe-se a assinatura de prazo para que a entidade adote providências para anulação da licitação, quando comprovado o vício insanável, caracterizado pela existência, no edital, de cláusulas restritivas ao caráter competitivo no certame.

(Tribunal de Contas da União, TC-004.719/2007, Representação, Rel. Ministro Raimundo Carneiro, Plenário, sessão de 29/08/2007)".

Com toda a explanação acerca do tema, resta claro e cristalino que, a exigência de quantidades mínimas nos atestados de capacidade técnica, implica diretamente na restrição dos interessados ao certame, o que indica a violação ao

princípio da maior competitividade possível, à constituição Federal , art. 37, e ao art. 3º, § 1º, I, da Lei de licitações.

Por fim, Marçal Justem filho leciona com base no justo e brilhante entendimento que:

"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta mais vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação".

Diante do contexto elucidada de no texto acima, deve o presente edital ter seus vícios sanados, por meio desta D. Administração, sem que haja a exigência de quantidade mínima expressa no atestado de capacidade técnica, sendo esta súplica em estrita consonância com entendimento do Tribunal de Contas da União, tal como das jurisprudências expressas na peça.

Ademais, faz-se necessária a republicação do edital, com as devidas alterações, sendo os prazos reaberto em sua integralidade.

Far-se-á de suma importância, evocar aqui, respeitosamente, com a atenção de Vs. senhores, alusão o princípio da razoabilidade e proporcionalidade aplicável ao caso.

4 - DOS PRINCIPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Nesta esteira, **o princípio da razoabilidade** como uma diretriz de senso comum, ou mais exatamente, de bom-senso, aplicada ao Direito. Esse bom-senso jurídico se faz necessário à medida que as exigências formais que decorrem do princípio da legalidade tendem a reforçar mais o texto das normas, a palavra da lei, que o seu

espírito.

Enuncia-se com este princípio que a Administração Pública, ao atuar no exercício de discricção, deverá observar critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida.

Seabra Fagundes ensinou que “Administrar é aplicar a Lei de ofício”. Aplica bem a lei aquele que age com razoabilidade.

Já o *princípio da proporcionalidade* tem o objetivo de coibir excessos por meio da aferição da compatibilidade entre os meios e os fins da atuação administrativa, para evitar medidas desnecessárias ou extremamente rigorosas.

Em artigo que enfrenta pormenorizadamente a aplicabilidade do princípio da proporcionalidade, o professor Sérgio Guerra assinala:

"Malgrado as discussões doutrinárias acerca da pureza de identidade do princípio da proporcionalidade, é fato que o mesmo é hoje assumido como um princípio de controle exercido pelos tribunais quanto à adequação dos meios administrativos (sobretudo coativos), à prossecução do escopo e ao balanceamento concreto dos direitos fundamentais em conflito. Nesse sentido, só será constitucional, à luz do princípio da proporcionalidade, o ato que, sucessivamente, seja adequado, necessário e proporcional. Vale dizer, atenderá o princípio da proporcionalidade o ato que não desafie as noções mínimas de racionalidade e razoabilidade admitidas pelo sistema social".

Visa-se, com isso, a adequação entre os meios e os fins, vedando-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

A Lei, a doutrina e a jurisprudência não dão espeque à punição desvinculada de dolo; e dolo não há, sobretudo por sua boa-fé, que há de sobressair. Afinal, conforme magistral lição de Carlos Maximiliano:

“Deve o Direito ser interpretado inteligentemente; não de modo a que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou absurdas”.ⁱⁱ

Diante do contexto, conota-se uma complexidade inerente ao caso específico do Pregão Eletrônico 3/2015 regido pelo Departamento de Polícia Federal, visto que a exigência mínima de 20% de fornecimento do objeto licitado, a título de comprovação por meio de atestado de capacidade técnica, fere o caráter competitivo, da ampla disputa, bem como o caráter isonômico, tendo em vista que, impossibilita os demais licitantes que não possuam em apenas um atestado o quantitativo exigido de atenderem o dispositivo do edital, sendo certo que não há parâmetro expresso na Lei de licitações bem como na Constituição Federal que expressem a rigor o percentual mínimo a ser exigido para a fase de habilitação, levando-se ao entendimento de que o simples fornecimento comprovado por um atestado em quantidade inferior, ou a somatória de quantidade superior a um atestado comprova a aptidão da licitante para execução do objeto.

Neste diapasão, compreende-se que tal exigência habilitatória, fere o artigo 3º da Lei 8.666/93 e seus parágrafos, estabelece uma afronta aos princípios constitucionais da isonomia, expressos no art. 5º da CF/88, e, impossibilita que a própria administração obtenha a proposta mais vantajosa para os interesses da coletividade expressamente previstos em lei.

5 - DA DEVIDA APLICAÇÃO DO DIREITO COM FUNDAMENTO NA NORMA VIGENTE

Os fatos ora expostos, elucidam um equívoco na exigência de percentual mínimo de 20% do objeto por meio de comprovação por atestado de capacidade técnica, conforme expresso no Edital de Licitação.

A licitante, ora, impugnante, vem, respeitosamente, no intuito de melhor testemunhar a esta ilustre Comissão de Licitações seus direitos presentes nas normas vigentes e de certa forma detidas de amparo legal, por meio das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União de modos que se relaciona aos Direitos no tocante a Igualdade de participação, vez que, a CF/88, por meio do Art. 37. estabelece da seguinte forma:

"A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Fazendo um paralelo aos dispositivos legais relacionados acima, a lei. 5.450/2005 disciplina que:

Lei 5.450/2005 Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da

razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação

Corroborando ainda com a tese defendida, respeitosamente com esta Douta comissão de notável e irrefutável saber, vejamos algumas decisões que intensificam a argumentação até aqui trazida:

Decisões do TCU – Tribunal de Contas da União Acórdão 819/2005 Plenário Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade.

6 - DOS PEDIDOS

Diante do exposto no conteúdo deste instrumento, com o devido embasamento nos ditames da lei 8.666/93, bem como da Constituição Federal, permissivos a impugnação do edital, estando este, motivado e provocado pelo fato ocorrido nesta peça, requer a **PRIMEXTECH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA** que os ilustres senhores componentes da Administração, com a devida autoridade delegada para os fins deste procedimento licitatório, acolham o pedido para **IMPUGNAÇÃO** do edital, especificamente, no que trata os itens 10.4 e 13.1.4.1, por estabelecer percentual mínimo de 20% de fornecimento do objeto da licitação comprovado no atestado de capacidade técnica, tornando

início a amplitude do caráter competitivo no presente pregão, bem como por ensejar na restrição do número de competidores.

Requer ainda e espera por meticulosa atenção desta comissão de licitações para alteração dos dispositivos acima, sanando assim, os vícios ora, apontados que tal exigência implica no aspecto legal, visando o pleno e irrestrito atendimento aos princípios da razoabilidade, competitividade, proporcionalidade e isonomia, vez que, a mudança ora, suscitada, traz a luz do direito à ampliação do caráter competitivo e da ampla disputa.

Nestes termos, pede e espera por deferimento.

São José do Rio Preto/SP, 27 de julho 2015.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luciano Pombani Alves'.

LUCIANO POMBANI ALVES
SÓCIO PROPRIETÁRIO
RG: 00.072.937-4 MS/SSP.
CPF: 831.889.321-20

13.281.460/0001-87
PRIMEXTECH DISTRIBUIDORA DE
PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA
Av. João Batista Vetorazzo nº 1251
Distr. Industrial - CEP: 15035-470
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP.

ⁱ O princípio da proporcionalidade na pós-modernidade. Revista Eletrônica de Direito do Estado de Salvador, Salvador, Instituto de Direito Público, n. 2, abril/maio/junho, 2005.

ⁱⁱ (Hermenêutica e Aplicação do Direito, Ed. Globo, P. Alegre, 2ª ed. 1933, p. 183).